

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2022.

Presidência: Vereador Tião do Rodo. **Abertura:** 13h35min. **Quórum de Abertura:** Registrada a presença dos Vereadores membros da Comissão, Tião do Rodo (PSDB), Cléber Canoa (Cidadania), Paulo Arara (PSD) e Paulo César Rodrigues (União Brasil). Ausente a Vereadora Dorinha Melgaço (União Brasil). **Sumário: 1ª Parte: Expediente:** Dispensada a leitura e aprovada a ata da 21ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, realizada 20 de junho de 2022. **2ª Parte: ORDEM DO DIA:** **PARECER N.º 233/2022**, emitido pelo Vereador Paulo Cesar Rodrigues, contrário ao Projeto de Lei n.º 10/2022, de autoria da Vereadora Andréa Machado, que “fica garantido, através da Farmácia Básica Municipal, o fornecimento de medicamentos através da apresentação de documentos pessoais e receita médica da rede privada ou pública”, bem como a sua Emenda n.º 1. Dispensada a leitura do parecer e em discussão, usou da palavra o Vereador Paulo Arara para declarar sua posição favorável ao projeto. Encerrada a discussão, o Presidente submeteu o parecer a turno único de votação, ficando rejeitado o voto do relator por dois votos contrários dos Vereadores Paulo Arara e Cléber Canoa, um voto favorável do Vereador Tião do Rodo, nenhuma abstenção e uma ausência da Vereadora Dorinha Melgaço. A Comissão rejeitou o Parecer n.º 233/2022. **PARECER N.º 237/2022**, emitido pelo Vereador Paulo Cesar Rodrigues, favorável ao Projeto de Lei n.º 86/2022, de autoria do Prefeito José Gomes Branquinho, que “autoriza a transposição de crédito no orçamento vigente”. Dispensada a leitura do parecer e não havendo discussão, o Presidente o submeteu a turno único de votação, ficando aprovado o voto do relator por três votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e uma ausência da Vereadora Dorinha Melgaço. A Comissão emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 86/2022. **PARECER N.º 244/2022**, emitido pelo Vereador Paulo Cesar Rodrigues, favorável ao Projeto de Lei n.º 96/2022, de autoria do Prefeito José Gomes Branquinho, que “autoriza a transposição de crédito no orçamento vigente”. Dispensada a leitura do parecer e não havendo discussão, o Presidente o submeteu a turno único de votação, ficando aprovado o voto do relator por três votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e uma ausência da Vereadora Dorinha Melgaço. A Comissão emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 96/2022. **PARECER N.º 245/2022**, emitido pelo Vereador Paulo Cesar Rodrigues, favorável ao Projeto de Lei n.º 97/2022, de autoria do Prefeito José Gomes Branquinho, que “autoriza a transposição de crédito no orçamento vigente”. Dispensada a leitura do parecer e não havendo discussão, o Presidente o submeteu a turno único de votação, ficando aprovado o voto do relator por três votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e uma ausência da Vereadora Dorinha Melgaço. A Comissão emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 97/2022. **PARECER N.º 250/2022**, emitido pelo Vereador Cleber Canoa, favorável ao Projeto de Lei n.º 59/2022, de autoria do Prefeito José Gomes Branquinho, que “cria cargos que especifica, cria Equipe Multidisciplinar da Educação e altera dispositivos da Lei Complementar n.º 56, de 30 de outubro de 2006, que “dispõe sobre o Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público do Município de Unaí e dá outras providências”. Dispensada a leitura do parecer e não havendo discussão, o Presidente o submeteu a turno único de votação, ficando aprovado o voto do relator por três votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e uma ausência da Vereadora Dorinha Melgaço. A Comissão emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 59/2022. **PROJETO DE LEI N.º 24/2022**, de autoria do Vereador Professor Diego, que “institui o Projeto “Nadando para o Futuro” no âmbito do município de Unaí, na forma que indica, e dá outras providências.” O Presidente informou aos membros da Comissão que foi oficiado o autor da proposição solicitando nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei

